

DESASTRE AMBIENTAL

Samarco sabia de risco em barragem desde 2013, apontam investigações

Documentos do Ministério Público também mostram falhas em licenciamento

As investigações do Ministério Público de Minas Gerais sobre o rompimento da barragem de Fundão ainda estão em andamento. Mas, segundo os primeiros resultados, a Samarco sabia desde 2013 que a barreira estava em risco. As informações são do programa Fantástico, da Rede Globo.

A investigação revela que vários fatores foram responsáveis pelo rompimento. O problema começou em 2007 quando a mineradora Samarco pediu autorização do governo de Minas Gerais para construir a barragem.

“Nós podemos classificar esse rompimento como um desastre já anunciado. Desde o início analisamos o licenciamento com a maior profundidade possível, e podemos apontar com grande exatidão que ele foi decisivo para que ocorresse essa tragédia”, comenta o promotor de justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto.

FALHAS

A primeira falha aconteceu na fase inicial, quando se obtém a licença prévia para a construção da Barragem de Fundão. A Samarco conseguiu essa licença em 2007, mas de acordo com o Ministério Público, a empresa não apresentou um documento importante exigido nessa fase: o projeto executivo com todos os detalhes técnicos sobre a construção da barragem.

Os dados mostram que na época a Samarco entregou



Vista aérea de Bento Rodrigues, em Mariana, mostra como o povoado ficou após o vazamento da lama

NÚMEROS

17

pessoas

É o número de mortos após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana, MG.

35

idades

É o total de municípios afetados pela lama: 31 deles em Minas e quatro no Espírito Santo.

apenas dados básicos do projeto. O processo seguiu para a segunda fase sem os estudos geológicos-geotécnicos da fundação, essenciais para se atestar a segurança



Paracatu de Baixo foi um dos povoados de Mariana atingidos pela lama

da futura estrutura. Mesmo assim, esses dados foram considerados suficientes pela Fundação Estadual do Meio Ambiente na época, dando início às obras, que começaram em 2007.

“Esses dados técnicos foram apresentados, talvez não sob a forma de projeto executivo, mas os dados técnicos relevantes

foram apresentados na época própria”, comenta o advogado da Samarco, Maurício Campos Júnior.

OUTRA BARRAGEM

No processo de licenciamento os técnicos pediram um estudo sobre o escoamento das águas da chuva sobre uma pilha de material descartável de uma mi-

na vizinha pertencente a Vale; eles também queriam saber qual a interferência que isto poderia ter sobre Fundão. O documento aponta que a Samarco fez um relatório com a Vale para apresentar uma solução para a questão, mas o projeto nunca foi localizado.

A Vale afirma que o cumprimento dessa exigência

TRAGÉDIA

“Nós podemos classificar esse rompimento como um desastre já anunciado. O licenciamento foi decisivo”

CARLOS EDUARDO PINTO
PROCURADOR DO MPMG

era de responsabilidade da Samarco, e que nunca houve contato entre a referida pilha de estéril e o reservatório da barragem.

Nas investigações da Polícia Federal, em setembro de 2014, um ano antes do rompimento da barragem, a Samarco foi alertada sobre a existência de trincas que caracterizam um início de movimento de escorregamento do maciço da pilha no reservatório de Fundão. O documento foi assinado pelo engenheiro do Joaquim Pimenta de Ávila, autor do primeiro projeto da barragem e que em 2014 atuava como consultor da empresa.

Em depoimento dado à PF ele disse que essas trincas poderiam representar um princípio de ruptura, recomendando monitoramento diário usando piezômetro, instrumento que mede o nível de água no solo.

O Fantástico tentou falar com o responsável pelo licenciamento na época, mas não teve resposta. “O licenciamento todo é uma colcha de retalhos, cheio de inconsistências, omissões e graves equívocos”, finaliza o promotor.

Governos e mineradora querem acordo por fundo

O governador Paulo Hartung participou, ontem, no Palácio do Planalto, em Brasília, de uma reunião com a presidente Dilma Rousseff e com o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, para discutir detalhes da criação de um fundo para ressarcimento de danos ambientais e sociais causados ao Rio Doce após o rompimento de barreira com rejeitos de miné-

ria da Samarco.

Segundo o procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabello Vieira, ficou decidido a criação de um fundo privado. O objetivo é que esse fundo seja administrado pela sociedade civil, comitê de bacias, instituições ligadas à área ambiental e Ministério Público, cabendo aos governos e a União supervisionar a utilização desse fundo. Com isso,



Dilma, Hartung e Pimentel tratam do tema desde 2015

as contratações para serviços não terão que se submeter às regras rígidas como se fossem públicas.

“Os governos e a União irão supervisionar a utilização para ver se as medidas adotadas pela Samarco, Vale e BHP estão atendendo às necessidades ambientais e socioeconômicas”, afirma.

O procurador-geral também afirma que o fundo pode atingir cerca de R\$ 20 bilhões ao longo de

15 anos, mas esse valor poderá sofrer alterações

Sobre a data em que o fundo vai começar a operar, outras reuniões serão realizadas para que possam ser combinados mais detalhes do acordo.

“Tanto os governos e a União, quanto a empresa acreditam que o acordo judicial é o ponto-chave para a eficácia dessa iniciativa e para que ela tenha bons resultados”, finaliza o procurador. (Raquel Lopes)

LULA MARQUES/AGÊNCIA PT - 17/11/2015